



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**PRISCILIA NATÁLIA PEREIRA FERREIRA**

**AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E O PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA  
REALIDADE NA ESCOLA DO CAMPO**

Feira de Santana-BA

2019

**PRISCILIA NATÁLIA PEREIRA FERREIRA**

**AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E O PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA  
REALIDADE NA ESCOLA DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências da Natureza na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientador: Prof. Drº. Klayton Santana Porto

Feira de Santana-BA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**PRISCILIA NATÁLIA PEREIRA FERREIRA**

**AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E O PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA  
REALIDADE NA ESCOLA DO CAMPO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Klayton Santana Porto (Orientador)  
Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA)

---

Rita de Cássia Santos Chagas  
Doutora em Educação (UFBA)

---

Sátilla Souza Ribeiro  
Mestre em Educação (UFBA)

*“Por isso, por amor de Cristo, regozijo-me nas fraquezas, nos insultos, nas necessidades, nas perseguições, nas angustias. Pois quando sou fraco, é que sou forte!”*

*(2 Coríntios 12:10)*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me permitir viver cada dia e me conceder força e sabedoria para conseguir finalizar este trabalho que é fruto de anos de luta e superação que vivenciei ao longo deste curso. Por Ele me dar forças de prosseguir mesmo com minha maior perda que foi o falecimento de minha mãe durante o curso, mesmo assim continuar de cabeça erguida até aqui. Pois Ele me deu conforto nos meus momentos de angústia, que não foi fácil para eu chegar até o fim deste curso.

Agradeço imensamente a minha família, a minha amada mãe Robélia, que infelizmente não se faz mais presente, a minha avó e a minha irmã que me ajudaram e me apoiaram e ao meu companheiro que também se faz presente em minha vida.

Sinto muita gratidão aos meus amigos que conquistei aqui dentro desta universidade, que sempre estiveram ao meu lado. Obrigada pelas palavras de conforto, pelos ‘puxões de orelha’, que levarei para o resto da minha vida se Deus nos permitir.

Também aos Professores Ms. Kleber Peixoto e Ms. Sátilla Ribeiro que me ajudaram a dar um ponta pé inicial a este trabalho. Não posso deixar de agradecer também ao Professor Dr. Klayton Porto por ter me amparado e fazer com que este trabalho fosse concluído.

*Obrigado a todos! Esta conquista tem um pouco de todos.*

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>RESUMO .....</b>  | <b>8</b>  |
| <b>ABSTRACT .....</b>  | <b>8</b>  |
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2 A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS .....</b>          | <b>12</b> |
| <b>3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL .....</b> | <b>17</b> |
| <b>4 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>  | <b>19</b> |
| <b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>   | <b>20</b> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>26</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>27</b> |

## AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA REALIDADE NA ESCOLA DO CAMPO

Priscilia Natália Pereira Ferreira<sup>1</sup>  
Klayton Santana Porto<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores de uma escola do campo da Rede Municipal de Educação de Feira de Santana-BA, situada no Distrito de Maria Quitéria, no processo de inclusão de alunos com deficiência, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. Tal investigação foi desenvolvida junto a duas professoras da referida escola, que trabalham com alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. Foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, com uso de questionários como instrumento de investigação, por permitir captar as percepções dos professores sobre a eficiência das práticas pedagógicas para o processo de inclusão e aprendizagem de alunos com deficiência no ambiente educacional. Os resultados demonstraram que dentre as principais implicações deste estudo, destacamos que, apesar dos estudantes com necessidades educacionais especiais terem suas matrículas e o acesso à escola garantidos por lei, a falta de acessibilidade, de formação qualificada faz com que esta educação fornecida a eles seja negligenciada. Além disso, as professoras investigadas apontaram algumas dificuldades para o ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, e mostraram que apesar das dificuldades enfrentadas pela escola do campo e por elas, como a falta de materiais didáticos especializados, falta de recursos e pela falta de interesse dos órgãos públicos, elas se preocupam em levar para a sala de aula uma metodologia diferenciada, que possa atender e motivar a compreensão que necessitam.

**Palavras-chave:** Práticas pedagógicas. Aprendizagem. Alunos com deficiência. Escola do campo.

### ABSTRACT

This research aims to understand the pedagogical practices developed by teachers of a school in the field of the Municipal Education Network of Feira de Santana-BA, located in the District of Maria Quitéria, in the process of inclusion of students with special educational needs, enrolled in the years end of primary school. This research was carried out together with two teachers of this school, who work with students with disabilities and special educational needs, enrolled in the final years of Elementary School. A qualitative research was carried out, using questionnaires as a research tool, because it allows capturing the teachers' perceptions about the efficiency of pedagogical practices for the process of inclusion and learning of students with disabilities in the educational environment. The results showed that among the main implications of this study, we highlight that, although students with special educational needs have their enrollment and access to school guaranteed by law, the lack of

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: [priscilianataliapn@outlook.com](mailto:priscilianataliapn@outlook.com).

<sup>2</sup> Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA). Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: [klaytonuesb@hotmail.com](mailto:klaytonuesb@hotmail.com).



accessibility, qualified education makes this education provided to them is neglected. In addition, the teachers investigated pointed out some difficulties for the teaching and learning of students with disabilities, and showed that despite the difficulties faced by the rural school and by them, such as lack of specialized didactic materials, lack of resources and lack of interest of public agencies, they are concerned with bringing to the classroom a differentiated methodology that can meet and motivate the understanding they need.

**Keywords:** Pedagogical practices. Learning. Students with disabilities. School of the field.

## 1 INTRODUÇÃO

A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência<sup>3</sup> (BRASIL, 2011) afirma que se faz necessário garantir a inclusão e aprendizagem dessas pessoas ao ambiente educacional, classificando nessa conceituação também as pessoas com deficiência física<sup>4</sup> e/ou mobilidade reduzida, deficiência visual,<sup>5</sup> deficiência intelectual<sup>6</sup>, dentre outras especificidades.

A presença de alunos com deficiência no ambiente educacional vem aumentando nos últimos anos. De acordo com os dados do Ministério da Educação (MEC), segundo o Censo de Educação Básica com base na *Revista o Globo Sociedade*, uma nota divulgada pelo MEC, relata que no ano de 2017, o número de alunos com deficiência, matriculados na educação básica, foi de 827.243. No ano de 2016, esse número correspondeu a 751.065. Além do sucessivo aumento do número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas da rede básica, houve um aumento no índice de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, onde passou de 85,5% em 2013, para 90,9% no ano de 2017. No entanto a maior parte desses estudantes não tem acesso ao atendimento especializado, somente 40,1% conseguem este acesso (*Revista O GLOBO Sociedade*, 2017).

---

<sup>3</sup> Há pelo menos duas maneiras de compreender a deficiência. A primeira a entende como uma manifestação da diversidade humana. Um corpo com impedimentos é o de alguém que vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial. (DINIZ, LÍVIA BARBOSA E SANTOS, 2009, p. 67)

<sup>4</sup> Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (MAIOR, 2018, p. 4)

<sup>5</sup> Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (MAIOR, 2018, p. 5)

<sup>6</sup> Deficiência intelectual ou atraso mental é um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. (ALMEIDA, 2013).

Infelizmente com este aumento de estudantes com deficiência em pleno século XXI, existem escolas que não possuem acessibilidade para este público, ou seja, parte destes estudantes não tem acesso a um atendimento adequado, pois a escola não tem estrutura adequada para recebê-los. Algumas não têm nem o básico, como o saneamento, esgoto tratado, água, merenda, infraestrutura acessível para alunos com deficiência, sala de recursos multifuncionais, dentre outros.

A Educação Inclusiva não é exclusividade somente do professor ou do diretor, ela parte de um coletivo, ou seja, ela é responsabilidade da comunidade escolar em si. Aos alunos devem ser garantidos o acesso a sala de leitura, ao banheiro, à biblioteca adaptados às suas necessidades. Por exemplo, a um aluno, que possui algum tipo de deficiência auditiva, tendo em vista que nem todos utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para se comunicar, alguns se comunicam através da Língua Portuguesa Oral, a eles devem ser garantidas a comunicação com um bibliotecário, com o faxineiro, ou até mesmo com o porteiro da escola. Para isso, a escola deve estar preparada para recebê-los, incentivando também aos alunos de um ajudar a outro na adaptação do aluno incluso.

Visando conhecer estudos já realizados sobre esta temática procedeu-se a uma revisão de literatura realizada em três bases de dados de abrangência nacional, sendo elas, *Scielo*, *Capes* e *Portal Domínio Público*, a fim de coletar, filtrar, e analisar as publicações referentes ao tema no período iniciado após a promulgação da Legislação da acessibilidade nº 10.098/2000, ou seja, entre os anos de 2000 à 2017. Para esse levantamento foram utilizados os descritores: inclusão; pessoas com deficiência; práticas pedagógicas; e aprendizagem, considerando apenas aquelas relacionadas às práticas pedagógicas para a aprendizagem de alunos com deficiência na escola do campo, com o marco temporal supracitado. O resultado dessa busca apresentou apenas uma pesquisa (PALMA, 2016 *apud* RIBEIRO 2017), desenvolvida em âmbito de mestrado, intitulada “Escolas do campo e Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional”, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). O referido trabalho de pesquisa elucida as ações pedagógicas docentes que favorecem a inclusão e aprendizagem de alunos com deficiência, desenvolvidas nas escolas do campo.

Assim, compreende-se que ainda existe uma lacuna no conhecimento acadêmico devido à escassez de pesquisas acerca das práticas pedagógicas em escolas do campo para a aprendizagem de alunos com deficiência, justificando-se a realização desta pesquisa.

Destaca-se, pois, neste trabalho, a compreensão de práticas pedagógicas como a organização de metodologias, atividades e recursos didáticos que favoreçam a aprendizagem do estudante deficiente. Nessa perspectiva, entende-se que as práticas pedagógicas dirigidas para o ensino de alunos com deficiência devem envolver a utilização de diferentes modalidades de exames avaliativos, além da disponibilização de materiais/conteúdos pedagógicos, dentre outras estratégias que deverão favorecer a autonomia e participação do educando, de forma que a sua aprendizagem não fique comprometida.

Ademais, a presente pesquisa justifica-se também a implicação com esta temática. Além disso, o que levou a escolha deste tema foi em meio período do Estágio Curricular Obrigatório I, uma vez em que eu estava aguardando a aula começar e sentei no corredor do colégio e fiquei observando os alunos, foi quando eu observei uma mãe aguardava seu filho ser atendido pela professora da sala de recurso e começamos a conversar e ela me relatou como aquele atendimento estava ajudando o seu filho. Até aquele momento eu não tinha nenhuma ideia do que iria escrever em meu Trabalho de Conclusão do Curso. No outro dia, ao ver um aluno com Síndrome de Down chegando para ser atendido, a partir daí tive o desejo de compreender mais sobre a temática relacionada à Educação Especial, pois desejava entender como eram desenvolvidas as práticas pedagógicas voltadas para os alunos com deficiência nas escolas e como se dá o processo de inclusão destes estudantes nas escolas, em meio a um campo com falta de políticas públicas de acesso, um campo que sofre descaso pelo governo.

Hoje percebemos a importância de se ter um olhar da escola voltado para a inclusão de alunos com deficiência, fazendo com que este aluno se inclua no meio social como qualquer outra pessoa. Isto me chamou muito a atenção, pois no meu tempo de escola me recordo que não era bem assim, pois já estudei com alunos surdos e observava a dificuldade dele aprender, compreender o que estava acontecendo à sua volta e as dificuldades da professora lidar com a situação deste aluno que estava integrado<sup>7</sup>, porém não estava incluído. E ver uma escola hoje em dia prestando atendimento, e tendo o cuidado do aluno com deficiência aprender me encanta muito.

---

<sup>7</sup> De acordo com MEC, SEESP: (1994, p.18): A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob o enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar 16 distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, numa via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas “normais” (MEDEIROS, p.15).

Assim, a questão norteadora desta investigação buscou compreender: *Quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores no processo de inclusão de alunos com deficiência, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental?*

Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo geral: *compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores de uma escola do campo da Rede Municipal de Educação de Feira de Santana-BA, situada no Distrito de Maria Quitéria, no processo de inclusão de alunos com deficiência, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental.* Nessa direção, foram traçados os seguintes objetivos específicos: Entender as percepções dos professores acerca do processo de inclusão de alunos com deficiência, *na referida escola*; Analisar, segundo esses professores, como as práticas pedagógicas direcionadas aos alunos com deficiência, têm contribuído para a aprendizagem destes; apontar subsídios de encaminhamentos pedagógicos que possam potencializar a inclusão e aprendizagem de estudantes com deficiência, na escola do campo em estudo.

A escolha da Escola citada acima, como *lócus* da pesquisa, se deu por esta ser de fato uma Escola do Campo, que possui sala de recursos multifuncionais, cujos alunos com deficiência, são atendidos por profissionais com formação na área de Educação Inclusiva e Especial. Além de serem asseguradas vagas para estes alunos, o que potencializa a relevância da pesquisa.

Espera-se que este estudo possa contribuir para uma compreensão mais aprofundada acerca da inclusão de alunos com deficiência, na Educação do Campo, além de possibilitar que mais discussões acerca da inclusão desse público no contexto educacional sejam efetivadas, trazendo elementos contributivos para uma prática pedagógica inclusiva.

## **2 A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS**

A Educação do Campo surgiu primeiramente com a expressão “*Educação Básica do Campo*”, na “*I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo*”, que foi realizada no estado de Goiás em junho de 1998. Somente passou a ser denominada de Educação do Campo, a partir das discussões empreendidas no Seminário Nacional que foi realizado em Brasília em novembro de 2002 e se reafirmou na II Conferência Nacional no ano de 2004 (CALDART, 2012).

No entanto, pode se afirmar que a Educação do Campo nasceu a partir destas discussões e dos anseios dos movimentos sociais, que lutavam por uma educação básica voltada para o

sujeito do campo, que por sua vez fora esquecida pelo Estado. Isso fez com que os movimentos se reunissem para irem em busca de seus direitos. Os protagonistas destes movimentos eram trabalhadores do campo, que se viram ameaçados pelos grandes latifundiários e pelo agronegócio, também eram formados por frentes sindicais do campo. Desse modo, todos lutavam pelos mesmos interesses, o de trazer para o campo as Políticas Públicas.

Compreende-se que a Educação do Campo tem a relação com a cultura, com valores, com o jeito de produzir, com a formação do trabalho e para a participação social, como ressalta Kolling, Cerioli e Caldart (2002, *apud* CALDART, 2012). Deste modo, a Educação do Campo busca valorizar e reafirmar a identidade do homem do campo trazendo para a sala de aula a realidade vivenciada pelos alunos, fazendo com que os mesmos sejam protagonistas de suas próprias histórias, ou seja, transcender a educação para além do livro didático.

De acordo com Molina (2011), o Movimento da Educação do Campo, se contrapõe a abandono das escolas rurais pelo Estado, ocasionado o fechamento das mesmas. Assim, este movimento fez surgir uma nova concepção de escola contrapondo a “escola tradicional” e o que ela ensina. Ou seja, devido à falta de políticas voltadas para as escolas do campo, em investimentos de suas estruturas, formação e qualificação de professores, contribuíram para o fechamento destas escolas, fazendo com que os estudantes abandonassem o campo e se vissem obrigados a buscar o ensino nas escolas urbanas, mudando suas concepções de campo.

Como relata Caldart (2012), o termo “*Educação do Campo: Direito nosso, dever do Estado*”, surgiu na II Conferência Nacional em 2004, o que deixou mais que visível que a luta por uma educação, que é específica justa e necessária, seja realmente garantida pelo Estado.

É direito nosso sim ter acesso à educação e a escola sejam filhos e filhas de agricultores, sejam quilombolas, negros, indígenas, ou quaisquer outras instituições que lutem para garantir os direitos do homem do campo, e é dever do Estado garantir a escolarização com Políticas Públicas, que seja realmente de interesse das escolas do campo.

A Educação do Campo tem um papel fundamental na aprendizagem do sujeito do campo. No entanto, ainda tem muito a ser desenvolvida para desmitificar a vida e a educação do homem do campo. Desde que foi criada pelas lutas dos movimentos sociais, ainda não vista pelas políticas públicas da forma que deveria ser, pois foi criada por muitas lutas e como uma crítica da realidade que a educação vivia e vive no Brasil, e em particular o campo.

Isto também inclui a Educação Inclusiva, uma que esta modalidade prevê o suporte e a inclusão de pessoas com de deficiência, inserindo- as na sala de aula, dando a elas o direito de aprender. E algumas escolas do campo dão este suporte, para quem mora no campo. Pois,

todos têm o direito à educação, como garante a Constituição em seu Art. 205 afirma que a educação é um direito de todos visando “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No inciso III, do Art. 208, o citado documento determina que, além da inclusão nas instituições de ensino regular, também é dever do Estado garantir, quando necessário, “o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988, p. 121-122).

Nessa perspectiva, Silva (2015) salienta que, “a Educação Inclusiva nos propõe ainda mudanças de percepções relacionadas à aprendizagem e ao ensino, pois o estudante com deficiência é capaz de produzir e de aprender em tempo próprio”. Sendo assim, a Educação Inclusiva objetiva valorizar o estudante com deficiência em sala de aula mostrando a ele a possibilidade de uma aprendizagem, de forma única, pois somos sujeitos que possuímos, em si, diferenças, que podem ser étnicas, religiosas, culturais, sexuais, etc., uma vez que somos todos diferentes.

Como podemos perceber, na atualidade vivenciamos o processo de inclusão de alunos com deficiência, em espaços escolares, permeia a valorização destes indivíduos, pois toda formação como sujeito começa pela escola. Por este motivo a Educação Inclusiva surgiu para mudar o modelo pedagógico e metodológico educacional, onde se insere todo e qualquer aluno ao direito a aprendizagem incluindo o aluno com necessidades especiais.

A Educação Inclusiva ainda se constitui num desafio significativo para as instituições em todos os níveis de ensino, embora seja ponto de discussão em agendas nacionais e internacionais desde o final do século passado, gerando diversos estudos. Como salienta Ribeiro (2017):

Esse direito de estar incluído, nas instituições educacionais, e de aprender é assegurado pelo ordenamento jurídico brasileiro desde a Carta Magna até os documentos que compõem o ordenamento infraconstitucional. Tal direito, está amparado também em acordos internacionais, a exemplo, das Declarações de Jomtien, 1990, e de Salamanca, 1994, além, da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência de 2007<sup>8</sup>, resultantes de fóruns mundiais de discussão sobre essa temática, das quais o Brasil foi signatário. (RIBEIRO, 2017, p.25)

Dentre os diversos instrumentos legais, apresentamos, nesta pesquisa, aqueles que abordam a possibilidade de inclusão e de aprendizagem dos alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais no contexto educacional, dentre os quais é possível citar alguns que são imprescindíveis para respaldar o funcionamento da inclusão.

---

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 03 de dezembro de 2017.

- Lei Nº. 9.394/1996, atualizada pela Lei Nº 12.796/2013, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e em seu Art. 58 determina que a Educação Especial será oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 1996);
- Portaria Ministerial nº 438/1998 que cria o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com objetivo de avaliar o desempenho do estudante, sinalizando para a possibilidade de fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior (BRASIL, 1998);
- Portaria Nº 3.284/2003 que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência. Sendo este imprescindível para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições educacionais (BRASIL, 2003);
- Decreto nº 6.949/2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência:

No Artigo 3º, destaca os princípios da presente Convenção que são: O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas e a independência das pessoas; A não-discriminação; A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; A igualdade de oportunidades; A acessibilidade; A igualdade entre o homem e a mulher; O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (BRASIL, 2009, *on line*).

Este decreto reafirma que a pessoa com deficiência é livre para fazer as suas próprias escolhas, assim como outra pessoa qualquer. Ele é livre para expressar suas ideias, para ter um emprego digno, sem que sofra nenhum tipo de preconceito, seja qual forem suas limitações, direito à acessibilidade e, principalmente, que estes direitos sejam respeitados pela sociedade.

- Decreto nº 7612/2011, assegura o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Art. 3º São diretrizes do Plano Viver sem Limite. Ele garante que o indivíduo tenha acesso ao sistema educacional inclusivo; Que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado; Assegura a ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional; A ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza. (BRASIL, 2011, *on line*)

Com base neste decreto podemos assegurar que por lei o estudante com deficiência, deve ter livre acesso a diretrizes educacionais do ensino inclusivo, ressalta-se também que ele receba todos os equipamentos necessários para a sua aprendizagem, assim como poder ter direito ao transporte para locomoção para a escola, mediante este decreto a pessoas que

possuem qualquer tipo de deficiência ou de necessidades educacionais especiais também tem a sua participação no mercado de trabalho assegurada por lei.

- Lei Nº. 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

**Art. 27.** A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

**Art. 28.** Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (...) (BRASIL, 2015, p. 7).

Com base nestes decretos, podemos salientar que todos os alunos, com qualquer tipo de deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais, têm o direito de serem livres, de fazer suas próprias escolhas, têm direito à educação, de acordo com as suas limitações. Também assegura que a Educação Inclusiva deve ser aprimorada para se adequar a todas as necessidades dos educandos. Para isso, necessita-se de uma melhor qualificação e formação inicial e continuada, dos profissionais da educação, bem como mudanças nas suas práticas pedagógicas, para que promovam a aprendizagem destes sujeitos.

Apesar do aumento significativo de matrículas de estudantes com deficiência, nas escolas regulares da rede básica de ensino, ainda é preciso promover diversas melhorias nestas escolas, bem como a qualificação dos profissionais da educação para que estes alunos sejam incluídos também na sociedade, sem que sofram nenhum tipo de discriminação por suas condições. Ressalta-se que, no ambiente escolar, também existem a falta de acessibilidade, para locomoção e aprendizagem de alunos especiais, sobretudo, à melhoria das práticas pedagógicas, ou seja, a preparação do professor para com o aluno que necessita de uma atenção especial, uma aula preparada para que eles também aprendam assim como os outros. É necessário trazer para a sala de aula a preocupação do professor com a compreensão deste aluno com o assunto discutido, em saber que ele está de fato aprendendo.

Assim também deve ser promovida, de fato, a Educação Inclusiva no campo, pois existem alunos filhos e filhas de agricultores, que não têm acesso à escola, principalmente, a escola com uma estrutura apropriada para atendê-los. Além disso, cabe ressaltar que a Educação do Campo surgiu como uma luta dos agricultores para que os seus filhos tivessem a



oportunidade de frequentar uma escola de qualidade, que tivesse garantida a igualdade de aprendizagem, bem como o direito de pertencer também a uma sociedade justa e igualitária.

### **3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL**

Nessa direção, Masetto (2003 *apud* RIBEIRO 2017) amplia o conceito de estratégias pedagógicas, como sendo os meios utilizados pelo docente para possibilitar o processo de aprendizagem dos estudantes. Nesta definição apresentada por Masetto (2003 *apud* RIBEIRO 2017), entram a organização da sala de aula, enquanto espaço utilizado, os materiais necessários para o ensino- aprendizagem, os recursos visuais, as discussões em grupos, apresentações de seminários, o uso da Internet, dentre outras opções de estratégias.

Como ressalta Ribeiro (2017, p. 54):

*Quando os alunos com deficiência ingressam no espaço de sala de aula, alguns questionamentos podem ser suscitados nos professores, a exemplo de: o que é melhor para ensinar o aluno com deficiência? Qual material a ser utilizado em sala de aula? Será que, realmente, o aluno com deficiência visual/intelectual aprendem os conteúdos trabalhados? Como as estratégias pedagógicas poderão influenciar no processo de aprendizagem desses alunos?*

Nesta perspectiva pode se perceber que a inclusão de alunos com deficiência ainda é muito temida por professores no ambiente escolar em questão, por não se sentirem preparados para lecionar para este público.

Fazendo uma análise crítica acerca das práticas pedagógicas no ambiente escolar voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência, percebemos que, desde que foi implantada a Educação Inclusiva nas escolas públicas, professores e diretores tiveram que se adaptar para receber estudantes com necessidades educacionais especiais. No entanto, professores se viram em um dilema do que trazer para a sala de aula, para aprimorar a aprendizagem desses sujeitos? Como documento balizador, sobretudo para discutir tal questão, tivemos a Declaração de Salamanca, promulgada no ano de 1994:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas,

de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (BRASIL, 1994: p. 11-12).

Tendo em vista a importância da mudança e adaptação no âmbito escolar e suas práticas em sala de aula, alguns professores ainda encontram dificuldades que impossibilitam de se aprimorar, mediante os muitos descasos das Políticas Públicas, implantadas por nossos governantes, outros pela sociedade, principalmente, para com os alunos da rede pública e estudantes do campo, devido a norma exigida pela sociedade, em que “se busca a perfeição”. Neste prisma, acaba se esquecendo que a Educação Inclusiva deve ser garantida a todos e que a escola deve servir a todos, independentemente de sua situação financeira, de sua classe social, de suas limitações ou de seu local de pertença.

A princípio, a escola inclusiva deve partir também do interesse da sociedade, da comunidade escolar como diretores, professores e todos que fazem parte da escola. Não é somente papel da escola, mas é dever dos pais incentivarem seus filhos que eles também têm o direito, assim como qualquer outro estudante, sobretudo ajudarem a compreender que suas fraquezas é o que os tornam mais fortes.

Educação Inclusiva ainda é temida por alguns professores, a preocupação é de como vão conseguir passar o conteúdo para o aluno com necessidades educacionais especiais, como será absorvido e compreendido o conteúdo? Apesar de não ser muito valorizado pelos nossos governantes, o papel do professor é importantíssimo, pois é ele o grande responsável pela formação do sujeito, parte dele a construção pelo conhecimento e pela aprendizagem.

O escritor Vygotsky, tem contribuído na formação de professores com algumas ideias que visam novas estratégias pedagógicas de ensino, e algumas dessas ideias partem da questão da deficiência em sala de aula, de como se comunicar com o aluno especial, fazendo com que estes alunos descubram as suas capacidades e as desenvolvam.

Santos, Oliveira e Junqueira (2014) nos trazem uma reflexão sobre as contribuições de Vygotsky, uma delas é o de trabalho em conjunto em sala de aula em que o educando possa interagir com o educador, através de mediações culturais, fazendo com que desperte o interesse do aluno, através da mediação cultural de um grupo e o indivíduo, tornando a aula mais prazerosa e interessante, ele propõe um ensino instrumental que corrobora na prática do ensino e aprendizagem em que estimula a mentalidade do educando.

Paulo Freire também destaca a importância do professor no papel de educador. No livro *Pedagogia da Autonomia* (p.28) o autor descreve que: *“o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também*

*ensinar a pensar certo.*” Ou seja, o papel do professor não é só ensinar conteúdo em um quadro, ou em um livro didático, mas sim fazer com que o educando perceba que ele é capaz de fazer mais do que pensa ser capaz, faz com que o aluno atravesse fronteiras, isso é aprendizagem, como relata Freire:

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que as bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. (FREIRE, 2016, p. 28).

Isso se aplica na Educação Inclusiva, o professor tem o papel de fazer com que o aluno com necessidades educacionais especiais se sinta capaz de superar suas limitações e fazer com que eles conquistem o mundo, tornado se mais fortes do que a sociedade desacredita.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

A abordagem metodológica desta pesquisa foi qualitativa, utilizando-se do método empírico do tipo estudo de caso, uma vez que esta pesquisa se pautou na investigação de um contexto específico e delimitado, no qual realizamos uma busca circunstanciada de informações. A pesquisa qualitativa é de cunho exploratório, uma vez que, por meio dela podemos de fato analisar objetivamente, podendo assim compreender melhor as características e as experiências sobre o tema a ser investigado, por meio de entrevistas e do uso de questionários com 18 (dezoito) perguntas múltiplas e semiestruturadas. Como destaca Triviños:

(...)que ela compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas. E, por outro, que todas elas podem ser caracterizadas por traços comuns. Esta é uma ideia fundamental que pode ajudar a ter uma visão mais clara do que pode chegar a realizar um pesquisador que tem por objetivo atingir uma interpretação da realidade do ângulo qualitativo. (1987, p.120)

A pesquisa qualitativa, permite que o pesquisador tenha uma visão mais ampla de sua pesquisa, permitido também que possa chegar no objetivo da pesquisa ao analisar e discutir os dados analisados.

Como procedimento para levantamento dos dados desta investigação, utilizamos um questionário que foi aplicado aos professores, e posteriormente foi feita a transcrição, buscando manter-se fiel ao discurso apresentado pelos professores. Com uso de questionários como instrumento de investigação, nos foi possível captar as percepções dos professores sobre a relevância de suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar.

Esta pesquisa foi desenvolvida junto a duas professoras de uma Escola do Campo da Rede Municipal de Educação de Feira de Santana – BA, situada no Distrito de Maria Quitéria, que trabalham com alunos com deficiência visual, física e intelectual, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. Uma destas professoras atua na área de Ciências e a outra atua na sala de recursos multifuncionais da referida escola.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, levamos em consideração a Resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB. Inicialmente elaboramos um Termo de Anuência, que foi assinado pela diretora da escola, a fim de que conseguíssemos a autorização de desenvolvermos a pesquisa na escola. Elaboramos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os termos, bem como os instrumentos de pesquisa serão arquivados pela pesquisadora pelo prazo de cinco anos, bem como todos os sujeitos envolvidos ficaram com uma cópia dos termos de igual teor.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No intuito de compreendermos: *Quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores no processo de inclusão de alunos com deficiência, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental?* Fizemos um questionamento a duas professoras, usaremos as siglas PA (Professora A) e PB (Professora B) para identificá-las. Ambas professoras são atuantes na referida escola, acerca das suas dificuldades para o ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência. Foram entrevistadas duas professoras, uma atuante no componente curricular Ciências e a outra que atua na sala de recursos multifuncionais da escola.

Como mencionado anteriormente, a presença de alunos com deficiência em salas de aula, faz com que, muitas das vezes, professores mudem totalmente seu cronograma, para que seja garantida a aprendizagem destes estudantes. Isto exige uma preparação maior e mais elaborada com os conteúdos e componentes curriculares, de modo que seja possível levar estes alunos participar e aprender juntamente com os demais alunos.

Muitos desses professores não têm o entendimento de como preparar uma aula, para seja possível suprir as necessidades destes estudantes. Além disso, alguns destes professores não sabem o que fazer, muito menos como se comunicar com eles ou como deve atuar com eles, o que pode causar constrangimento para ambos. Existem professores que não sabem que

vão atuar em sala de aula com aluno especial, tendo que mudar todo o seu cronograma radicalmente e muitas das vezes sem ter recursos adequados para ajudá-los.

Segundo Matos (2015, p.103):

A presença de estudantes com deficiência em sala de aula do ensino regular exige mudanças na organização do trabalho pedagógico do docente à medida que se torna necessário desenvolver ações para garantir a participação dos mesmos no processo de ensino e aprendizagem.

Esses professores não se sentem capacitados para atuar com esse público. Acrescido a isto, o nosso poder público deveria se empenhar mais para garantir uma educação pública de melhor qualidade, sobretudo, para que todos estes documentos oficiais, que asseguram a adoção de práticas inclusivas para com os alunos com deficiência, não fiquem somente no papel. Além disso, contribuir para que estes docentes se preparem e realizem constantemente uma formação continuada. Ademais, deveria ser exigida uma organização curricular mais rígida, que levassem estes professores a buscar um maior aprofundamento acerca de suas estratégias pedagógicas, pois os documentos oficiais garantem que esses estudantes tenham livre acesso à educação e ao ambiente escolar, mas é necessário que sua frequência seja também garantida.

Em uma das perguntas existentes no questionário a que mais atenção nos chamou foi a quinta questão, que faz um questionamento sobre o entendimento dos alunos com deficiência pelo fato de trazer a realidade do que os estes estudantes enfrentam na escola para ter uma educação adequada e qualificada, e é isto que buscamos neste trabalho que é trazer a importância da formação do professor, a importância de rever os conceitos de metodologia pedagógica para que possa atender as necessidades desses estudantes. *“O estudante com deficiência demonstrou alguma dificuldade na disciplina ministrado por você?”*

*Sim. (PA)*

*Sim. (PB)*

Estas duas respostas nos levam ao ponto de partida desta pesquisa, quando fazemos menção às práticas pedagógicas que são desenvolvidas pelas duas professoras investigadas, sobretudo quais delas contribuem para a melhoria e a promoção da aprendizagem. Assim como destacam Toledo e Martins (2009, p. 4135):

A sala de aula, dependendo de como o professor a conduz, poderá ser um ambiente rico; o “problema” torna-se estímulo para o desenvolvimento, através da compensação social, criando-se condições para o “deficiente” apropriar-se da cultura. Nesse caso, devemos considerar as interações com o meio, com os recursos ou instrumentos externos que o sujeito utilizará para a compensação da deficiência. O professor deverá estar atento para não se prender às aparentes limitações do aluno, e compreender que as limitações podem estar na sua compreensão sobre a deficiência. (2009, p. 4135)

Compreende-se que o papel do docente é incentivar o estudante com deficiência, para que ele seja capaz de aprender, superando todas as suas limitações, com o uso de estímulos, com metodologias apropriadas, enriquecendo seu ambiente de aprendizagem.

Então perguntamos: *quais eram essas dificuldades?* as duas professoras destacam:

*Material didático inadequado para sua necessidade. (PA)*

*Compreensão do conteúdo ministrado, tempo insuficiente para realização das atividades propostas, escassez de interação com os seus pares na turma, material didático inadequado para sua necessidade. (PB)*

O não uso de materiais adequados, ou a falta de disponibilidades destes materiais, para auxiliar as professoras no ensino e aprendizagem de alunos com deficiência, é o que acarretam na falta de compreensão ou de comunicação com estes alunos com o conteúdo aplicado pela docente. Além de tempo para serem trabalhadas as atividades que foram preparadas pela docente ser curto, pois estes alunos precisam de uma preparação maior.

Na questão oito perguntamos a elas: *“que tipo de adaptação em sua prática pedagógica você utilizou para atender ao estudante com deficiência?”*

*Formas de avaliação diversificadas. (PA)*

*Recursos didáticos adaptados, formas de avaliação diversificadas, metodologia diferenciada, ampliação do tempo para o desenvolvimento das atividades em sala de aula. (PB)*

É notório que ambas as professoras se preocupam com a adaptação do estudante com deficiência, em sala de aula, parte delas adaptam suas estratégias didáticas para que eles se integrem às atividades propostas por elas. Segundo Matos:

*(...)se torna necessário criar práticas inclusivas, através da oferta de adaptações curriculares, que prevejam um tempo diferenciado, bem como práticas avaliativas, metodologias e recursos didáticos diferenciados, quando necessário. (2015, p. 119)*

Deste modo podemos afirmar que as mudanças feitas na metodologia de ensino de professores em geral pode realmente colaborar na compreensão do aluno e atendendo suas necessidades para melhor aprendizagem.

Perguntamos a elas: *quais eram as dificuldades encontradas no atendimento a esses estudantes?*

*Carência de recursos adaptados, impossibilidade de fazer um atendimento específico em função das demandas do conteúdo. (PA)*

*Inexistência de apoio institucional, Carência de recursos adaptados. (PB)*

Mais uma vez a questão dos recursos adaptados foi citada, o que nos leva a compreender que a ausência do apoio do poder público acarreta um baixo desempenho deste estudante. Neste

prisma, podemos salientar que não basta somente a boa vontade do docente, mas também, a escola deve estar equipada com recursos apropriados às necessidades destes estudantes, de modo que a acessibilidade, a garantia da inclusão e a promoção da aprendizagem sejam garantidas a todos os estudantes.

Ainda foram questionadas sobre: *Que percepções de possibilidades são vistas nesses estudantes?*

*O aluno com cegueira tem total possibilidade de estudar em uma classe regular com os demais alunos sem deficiência. Ele só precisa de algumas adequações a rotina de sala de aula para que tenha condições de aprender. (PA)*

*O estudante com deficiência por muitas vezes, tem sua matrícula e acesso garantido na escola, mas nem sempre os colegas professores os enxergam com possibilidades por diversas razões. Assim, muitos destes estudantes têm sua aprendizagem negligenciada por acreditarem (professores e por vezes até a família) que não aprendem. Quando há investimento no estudante, adequação da linguagem e das atividades é possível ver avanços significativos. (PB)*

Na fala das docentes, reafirma-se que o aluno com deficiência tem total condição de frequentar uma sala de aula regular, mas o que o impede de aprender são as condições em que se encontram as escolas.

Criar escolas inclusivas requer muito mais que boas intenções, declarações e documentos oficiais, requer que a sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizem condições para criação de escolas inclusivas de qualidade. (MARCHESI, 2004, p. 44 apud Toledo, Martins 2009, p. 4129).

Ou seja, de acordo com esta citação, a Educação Inclusiva abrange um todo, não adianta as docentes terem força de vontade de ensinar alunos com deficiência, mas parte também do poder público assim como o total apoio dos pais e da comunidade em geral.

Um relato da professora da sala de recursos multifuncionais nos chamou atenção, quando, na questão doze, perguntamos: *“Quais dificuldades você encontra(ou) em sala de aula para garantir a aprendizagem deste estudante?”*

*Uma das dificuldades que encontrei foi o de convencer a própria família que aquele sujeito era capaz de pensar e produzir conhecimento. Em seguida, trabalhar arduamente com a turma para que percebessem que todos, inclusive os estudantes com deficiência, apresentavam diferentes maneiras de aprender e que por isso, deveria haver ajuda mútua. Outra dificuldade foi na adaptação de material e o uso do tempo didático. A escola pública “perde” muito tempo com cópias por não ter material xerocopiado para todos ou mesmo o livro didático. (PB)*

Neste relato, percebemos que ainda existem familiares que resistem a matricular estes jovens em escolas, por achar que o indivíduo com deficiência é incapaz de aprender, incapazes de pensar, ou de ter vontade própria, ou, muitas vezes, temem, por acharem que estes estudantes são mais frágeis. Notamos o esforço desta educadora e a vontade que ela tem de incluir este estudante no ambiente educacional, dando a ele a oportunidade de se inserir

juntamente com os demais colegas, buscando através de metodologias que facilitem a aprendizagem de ambos, pois cada estudante tem uma forma diferente de aprender, basta o docente se qualificar para descobrir que forma é essa.

Em uma das questões, especificamente a quatorze em que se é perguntado sobre:” O estudante com deficiência demonstra(ou) dificuldades na disciplina que você leciona (ou)? Em caso positivo, o que foi feito para sanar essas dificuldades? Quais as estratégias utilizadas?

*O aluno conseguiu acompanhar a disciplina sem maiores dificuldades. (PA)*

*Quando qualquer aluno demonstra ter dificuldade, procuro rever a metodologia, modifico a rota de trabalho, procuro ouvi-los para saber e conhecer seus interesses, dificuldades e o que foi garantido. Mesmo quando eu tinha duas turmas, o planejamento era diferenciado para atender as singularidades e pluralidade da turma. A mediação também era prática constante e formando sempre alunos mediadores para ajudar-me nas atividades. (PB)*

Reforça a importância na busca pela formação continuada, a necessidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e metodologia, em que, como salienta Freire:

*(...) na formação permanente dos professores, o momento fundamental é da reflexão crítica sobre a prática. É o pensamento criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, 2016, p. 40)*

Na pergunta de número quinze, em que perguntamos sobre “*Que mudanças foram realizadas na metodologia, nos recursos didáticos, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para o desenvolvimento das atividades em sala de aula pelo aluno com deficiência? Como você as avalia?*”

*Para atendimento das necessidades do aluno foram usados mais vídeos em que o aluno pudesse escutar sobre o conteúdo que estava sendo trabalhado. Também, realizavam-se as atividades de classe sempre em dupla para que o aluno cego tivesse quem fizesse a leitura para ele e com quem discutir sobre a resposta. (PA)*

*Errei muito, tentando. Mas, a melhor forma de contribuir com o acesso ao currículo escolar é escutando os estudantes, conhecer o que sabem, ver o nível cognitivo que cada um se encontra e propor modalidades organizativas que atendam às necessidades e para que acessem os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. (PB)*

Uma das docentes relata a necessidade de escutar o estudante e saber qual o seu nível de dificuldade, o que ele precisa para melhorar a sua aprendizagem, e salientou também que para isso precisou mudar as estratégias metodológicas dela. Como salienta Matos (2015, p. 117), “no processo de ensino- aprendizagem da educação inclusiva exigem muito do desenvolvimento e técnicas, assim como a aperfeiçoamento de práticas pedagógicas que se ajustem e atenda às necessidades dos estudantes.”



Foi perguntado a elas o que faltava na instituição para que a inclusão de alunos com deficiência aconteça de modo satisfatório favorecendo o processo de aprendizagem desses estudantes? Na opinião delas:

*Falta material adequado, como livros em braile e outros materiais que o aluno possa utilizar para melhor entendimento do conteúdo já que o toque para ele é de suma importância para aprendizagem do novo. (PA)*

*O que falta na instituição, é o que falta na sociedade: consciência dos direitos destes sujeitos, ao conhecimento, ao espaço público, a plena participação como um cidadão comum. (PB)*

Diante destas respostas reafirmo que acessibilidade e os direitos destes estudantes devem ser resguardados para melhorar ainda mais o desempenho não só na sala de aula, como também em meio à sociedade. Assim como relatam os autores Sanches e Teodoro (2007, p. 113):

*Se os alunos estão na escola é para fazer aprendizagens, as que forem capazes de fazer com a disponibilização de meios e métodos de que carecem porque as aprendizagens são um meio de aceder à cidadania. Se não aprendem é porque não os sabemos ensinar porque, por vezes são precisas metodologias diferentes ou códigos de comunicação apropriados, como é o caso do «braile» para os cegos, da comunicação gestual para os surdos ou da aprendizagem muito estruturada para os que têm déficit cognitivo.*

Não podemos construir uma Educação Inclusiva sem conhecer as necessidades dos estudantes envolvidos, para que assim saber qual o método será melhor utilizado para facilitar a compreensão do mesmo, e saber identificar se está surtindo efeito, e se de fato aquele aluno está aprendendo

Quando perguntamos a elas “*O que já foi feito e o que poderá ser feito pela escola para favorecer os docentes no sentido destes desenvolver uma prática pedagógica para a inclusão?*” Elas destacam que:

*A psicopedagoga da escola fez acompanhamento durante todo o ano com o aluno, com a família e com os docentes. Disponibilizou material de estudo e orientação para os docentes. Além disso gestores e coordenadores fizeram o possível para que o aluno fosse bem acolhido e orientou a turma para que esta soubesse lidar com a deficiência apresentada pelo aluno. Acredito que será necessária uma continuidade na formação dos docentes. (PA)*

*Na escola há, com regularidade, atividade complementar onde há espaço para o debate sobre a temática, espaço para exposição das dúvidas, experiências, troca de ideias, estudo da legislação e textos afins. Como professora da Sala de Recursos Multifuncionais, busco diálogo constante dos meus pares, além de encontros específicos para atender as demandas, dúvidas, reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas. A gestão é essencial para a inclusão, pois dela deve vir a garantia desse direito não negando a matrícula, compreendendo a necessidade de adaptação de atividades, alongamento de tempo, flexibilização curricular, adquirindo material pedagógico que atenda às necessidades específicas dos estudantes, realizando reuniões de pais, de professores, deixando acesso livre para o uso dos livros que são enviados pelo MEC e que tratam da inclusão, além de apoio a saída dos professores para formação externa sobre a temática. (PB)*

Neste caso, há uma necessidade específica de formação continuada de professores para a rede básica de ensino, para que professores que temam lecionar para estudantes com deficiência sejam preparados para atender todas as necessidades destes estudantes, através de palestras e conscientização para professores e a comunidade escolar em geral e que essa aprendizagem que será ministrada por esses docentes seja de boa qualidade, e não seja somente a educação inclusiva deficiente, da forma como vem sendo ofertada pelo Estado. De acordo com o inciso III, do Art. 28 da Lei nº. 13.146/2015, está assegurado que o projeto pedagógico que institucionalize para os estudantes com deficiência, atendimento especializados, como por exemplo, o atendimento com um profissional que possa se comunicar e identificar qual a sua necessidade e o que pode ser feito para que possa ajudá-los, também está garantido e assegurado que estes estudantes possa estar em um ambiente acessível, onde ele possa se locomover, para que seja garantida o seu acesso ao currículo igualmente a todos promovendo assim a sua autonomia. (BRASIL,2015, *online*)<sup>9</sup>

Deste modo podemos compreender que ainda tem muito a ser melhorado na Educação Inclusiva, de modo que professores da Rede Básica de Ensino possam buscar uma qualificação a profissional, para que se sintam seguros em mudar a suas práticas de ensino, promovendo a aprendizagem de estudantes com deficiência.

Tendo em vista que a Educação Inclusiva não depende somente do docente, mas de um todo, depende das condições das escolas, da disponibilidade do Estado, das políticas públicas, e do fortalecimento da comunidade em questão, para que a educação seja fortalecida também no campo, visando melhorar as condições de vida de pessoas que possuem deficiências, incluindo os que moram no campo, para que possam futuramente, exercer seus deveres como cidadãos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Inclusiva foi criada para assegurar que os sujeitos que possuem qualquer tipo de deficiência sejam incluídos no ambiente escolar e que eles devam ter acesso à educação e ao direito de aprender além de ter acesso ao ensino superior sem que sofram nenhum tipo de discriminação como está assegurada na Legislação e que as escolas estejam preparadas para suprir suas necessidades. Entretanto, salientamos que é necessário um maior

---

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 03 de dezembro de 2017.

investimento por parte da esfera pública e que, além disso, os professores estejam preparados para que isto aconteça.

Os resultados deste estudo apontaram que a Educação Inclusiva, em si, necessita ser melhorada, pois ainda há professores preocupados em encarar uma sala de aula com alunos que possuem necessidades educacionais especiais. Por isso enfatizamos muito esta questão da formação qualificada de professores, a fim de que estes profissionais possam compreender de fato como deve ser desenvolvidas as práticas pedagógicas, do modo que as necessidades dos alunos sejam supridas.

A exemplo disso, trouxemos duas professoras, atuantes na referida escola, uma atua na disciplina de Ciências e a outra que atua na sala de recursos multifuncionais da escola, nas quais fizemos questionamentos, acerca das suas dificuldades para o ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência. Estas mostraram que apesar das dificuldades enfrentadas pela escola do campo e por elas, como a falta de materiais didáticos especializados, falta de recursos e pela falta de interesse dos órgãos públicos, que se preocupam em levar para a sala de aula uma metodologia diferenciada, que possa atender e motivar a compreensão que necessitam.

Dentre as principais implicações deste estudo, destacamos que, apesar dos estudantes com deficiência, terem sua matrícula e o acesso à escola garantidos por lei, a falta de acessibilidade, de formação qualificada faz com que esta educação fornecida a eles seja negligenciada.

Desse modo, ressaltamos que a Educação Inclusiva não seja obrigação só do professor, ou seja, que não seja papel somente do docente de incentivar o estudante com deficiência, mas para que ele seja capaz de aprender e compreender que ele tem sim o seu espaço na sociedade, ele deve saber que é capaz de superar todas as suas limitações, com o uso de estímulos, com metodologias apropriadas, enriquecendo seu ambiente de aprendizagem.

Necessitamos com urgência que se construam políticas para a formação continuada de professores, não só para que os alunos sejam inseridos no ambiente escolar, mas para que todos sejam respeitados como pessoa independente de suas limitações como sujeito, pois todos nós temos o direito de aprender.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo**. Instituto Inclusão Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.cursosavante.com.br/cursos/curso526/conteudo7547.pdf> . Acesso em: 10/02/19

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Data de acesso: 10/ 10/ 19

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm> Data de acesso: 10/ 01/19

\_\_\_\_\_ **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Data de acesso: 22 de dezembro de 2018.

CALDART, Roseli Salette. **Educação do Campo. Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo. 2012.p. 258 a 260.

DINIZ, Debora; PEREIRA, Lívia Barbosa; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. 2009, p. 67. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=conceito+de+defici%C3%Aancia&oq=#d=gs\\_cit&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3A1EMG\\_xokhf4J%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=conceito+de+defici%C3%Aancia&oq=#d=gs_cit&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3A1EMG_xokhf4J%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR). Data de acesso: 20/01/19

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0d/cp/n115/a05n115.pdf>. Data De Acesso: 20/01/19

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autônoma: Saberes necessários à prática educativa**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 28-40.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência**. Portal do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosapoio/texto1.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

MARTINS, João Batista; TOLEDO, Elizabete Humai de. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky**. Eixo Temático: Formação de Professores e Profissionalização Docente. 2009, p. 4129 e 4135 disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3298\\_1675.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3298_1675.pdf). Data de acesso: 21/01/19

MATOS, Aline Pereira da Silva. **Práticas pedagógicas para inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um estudo na UFRB**. Salvador: 2015, p.103, 119. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17728/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Aline%20Pereira%20da%20Silva%20Matos.pdf>. Data de acesso: 20/01/19

MEDEIROS, Adriana Chaves Cordeiro de. **Inclusão escolar: um novo olhar sobre o aluno incluso em uma escola municipal de São João d'Aliança-GO** /. Brasília: 2015. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/13649/1/2015AdrianaChavesCordeirodeMedeiros.pdf>.

Data de acesso: 20 de dezembro de 2018.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 85, p.20, abr. 2011.

Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2493/2450>.

Data de acesso: 15 de dezembro de 2018.

O GLOBO SOCIEDADE. **Aumenta inclusão de alunos com deficiência, mas escolas não têm estrutura para recebê-los**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aumenta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-mas-escolas-nao-tem-estrutura-para-recebe-los-22348736>. Data de acesso: 19/ 01/19

PALMA, Debora Teresa. **Escolas do campo e Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional** / Debora Teresa Palma — 2016. Disponível em:

[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136453/palma\\_dt\\_me\\_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136453/palma_dt_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y) Data de acesso: 19/ 01/19

RIBEIRO, S. S. **Estratégias pedagógicas para a permanência de estudantes surdos na Educação Superior**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, 2007, 20(2), p. 105, 113 e 149 © 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v20n2/v20n2a05.pdf>. Data de acesso: 20/01/19

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, mai. 2012. Resenhas. v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; JUNQUEIRA, Adriana Mariano Rodrigues. Relações entre aprendizagem e desenvolvimento em Piaget e Vygotsky: o construtivismo em questão. **Revista Itinerarius Reflectionis** – UFG. Volume 10, nº 2, julho-dezembro 2014, Jataí-GO.Semestral. p. 18. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/32621/pdf>. Data de acesso: 26 de janeiro de 2019.

SILVA, Polliana Barboza da et al. **A inclusão do estudante surdo no ensino superior: das percepções de estudantes surdos e seus professores às práticas de sala de aula**. Estudo de caso. 2015, p. 19, Dissertação de Mestrado. Disponível em: [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6904/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Polliana.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6904/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Polliana.pdf?sequence=1). Data de acesso: 26/ 01/19.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.